

TRABALHOS TÉCNICOS

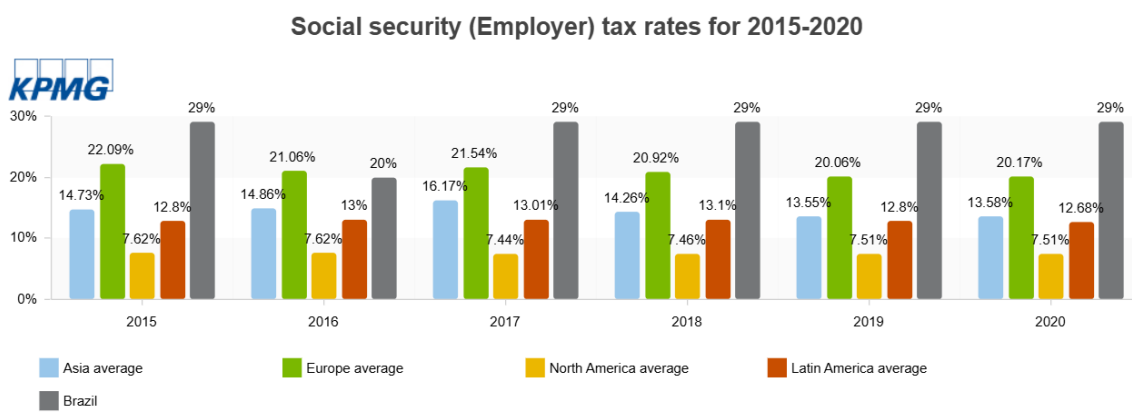
Diretoria Jurídica e Sindical

O CUSTO DO TRABALHO FORMAL

Eduarda Studzinski
Advogada

É importante compreender de que forma as alíquotas pagas pelo empregador na contratação formal se comportam quando confrontadas com as estabelecidas em outros países. Afonso, Pinto e Lukic (2017), utilizando os dados fornecidos por duas empresas globais de auditoria, a KPMG e a UHY, elaboraram um estudo comparativo de análise estatística das cargas tributárias incidentes sobre empregadores e empregados. A pesquisa concluiu que o Brasil figura entre os países com os maiores custos trabalhistas para o empregador, embora mantenha uma média moderadamente estável no que se refere aos tributos pagos pelos trabalhadores.

O levantamento de dados da KPMG comparou as alíquotas de contribuição à seguridade social pagas pelos empregadores entre 2015 e 2020: observa-se o Brasil com uma taxa de 29%, muito acima da média da América Latina (12%), da Europa (20%) e, principalmente, da América do Norte (7%).



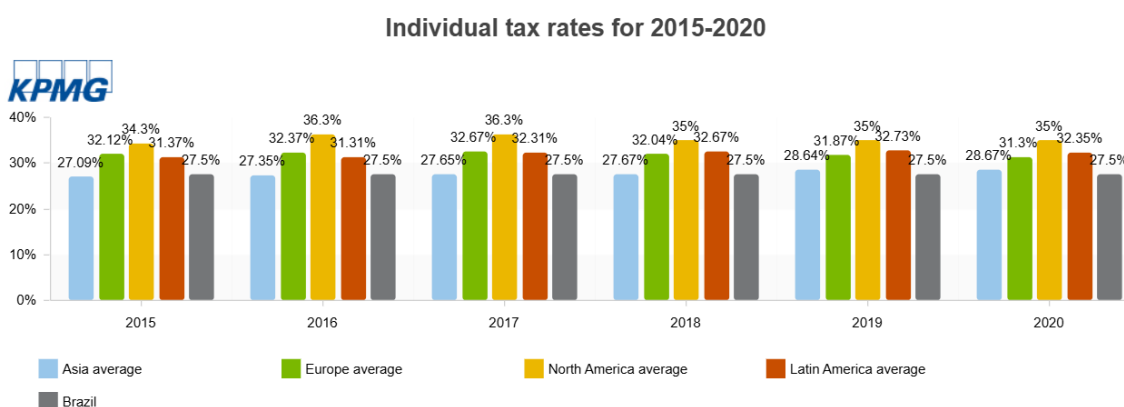
Fonte: KPMG

A conclusão do estudo da UHY International (2022) não foi diferente: os tributos sobre a folha de pagamento no Brasil correspondem a 27,3% (US\$ 8.198) para empregados que recebem US\$ 30 mil por ano, classificado abaixo da média do BRIC (29,6%) para essa faixa salarial. Quanto aos trabalhadores que recebem US\$ 300 mil anuais, os tributos pagos pelos empregadores estão na porcentagem de 27,5% do salário (US\$ 82.448).

Nas faixas de remuneração analisadas, o Brasil está entre os países com os custos trabalhistas mais elevados da amostra composta por 23 nações, ocupando a sétima posição no ranking para salários anuais de US\$ 30 mil e a quarta colocação na faixa de rendimentos de US\$ 300 mil.

Em contrapartida, na comparação internacional das alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Física, o Brasil se estabelece em posição inferior no tocante à tributação dos rendimentos mais elevados. A alíquota máxima de 27,5% aplicada à faixa superior de renda no país situa-se abaixo da média observada no cenário internacional. O levantamento, também realizado pela consultoria KPMG, que examinou 116 países, posicionou o Brasil em 12º lugar entre as menores alíquotas máximas.

O gráfico a seguir ilustra que a referida alíquota brasileira não apenas se encontra abaixo da média da amostra analisada, como também evidencia um distanciamento considerável em relação aos padrões praticados por diversas economias desenvolvidas.



Fonte: KPMG

Diante da elevada carga tributária incidente sobre a folha de pagamento, conforme demonstrado pelas análises comparativas internacionais, novamente salta aos olhos o indiscutível interesse econômico das empresas na adoção de modelos contratuais alternativos. No entanto, o movimento também se relaciona diretamente com o perfil dos trabalhadores que optam por esse modelo.

Para compreender quem são esses profissionais, a análise foi estendida até a análise dos dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). As tabelas abaixo apontam variações significativas na composição da força de trabalho entre 2022 e 2024, com destaque para a redução das faixas de remuneração mais altas, sobretudo aquelas acima de 10 salários-mínimos, e o crescimento nas faixas de até quatro salários-mínimos.

O deslocamento indica que trabalhadores mais qualificados e com maior poder de barganha estão deixando os registros celetistas, potencialmente em razão de uma migração para contratos alternativos, inclusive mediante a constituição de pessoa jurídica.

Isso indica que a pejetização, por exemplo, pode apontar uma escolha de profissionais de alta renda, como forma de preservação de rendimentos líquidos, diante da carga fiscal incidente sobre o trabalho formal.

Indicadores		2022	2023	Varição Absoluta	Varição Relativa
Estoque Total		78.488.470	81.537.467	3.048.997	3,9%
Faixa de Remuneração Média em Salários Mínimos Correntes**					
Estoque	Até 0,50	475.469	502.014	26.545	5,6%
	0,51 a 1,00	3.193.077	3.353.282	160.205	5,0%
	1,01 a 1,50	14.796.434	15.304.492	508.058	3,4%
	1,51 a 2,00	9.618.691	9.713.446	94.755	1,0%
	2,01 a 3,00	8.726.803	8.909.963	183.160	2,1%
	3,01 a 4,00	4.008.436	4.099.512	91.076	2,3%
	4,01 a 5,00	2.286.050	2.173.955	-112.095	-4,9%
	5,01 a 7,00	2.443.954	2.213.827	-230.127	-9,4%
	7,01 a 10,00	1.671.192	1.434.155	-237.037	-14,2%
	10,01 a 15,00	1.189.123	955.957	-233.166	-19,6%
	15,01 a 20,00	520.274	400.428	-119.846	-23,0%
	Mais de 20,00	712.210	385.832	-326.378	-45,8%

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais 2023 (RAIS/MTE).

Indicadores		2023	2024	Varição Absoluta	Varição Relativa
Estoque Total		68.811.679	72.782.072	3.970.393	5,8%
Faixa de Remuneração Média em Salários Mínimos Correntes**					
Estoque	Até 0,50	18.467	25.317	6.850	37,1%
	0,51 a 1,00	2.996.355	3.073.711	77.356	2,6%
	1,01 a 1,50	14.153.063	14.842.491	689.428	4,9%
	1,51 a 2,00	8.759.985	8.922.576	162.591	1,9%
	2,01 a 3,00	7.228.525	7.488.614	260.089	3,6%
	3,01 a 4,00	2.918.182	3.024.397	106.215	3,6%
	4,01 a 5,00	1.393.677	1.441.981	48.304	3,5%
	5,01 a 7,00	1.331.461	1.357.720	26.259	2,0%
	7,01 a 10,00	882.766	895.585	12.819	1,5%
	10,01 a 15,00	582.579	585.031	2.452	0,4%
	15,01 a 20,00	217.488	213.599	-3.889	-1,8%
	Mais de 20,00	235.479	230.892	-4.587	-1,9%

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais 2024 (RAIS/MTE).

O relatório elaborado pelo Fórum Econômico Mundial no The Global Competitiveness Report 2020, que avaliou a competitividade de 37 países em diversos

eixos estruturais, aponta, no item “Shift to more progressive taxation, rethinking how corporations, wealth and labour are taxed”, que o Brasil apresentou pontuação de 44,0, frente à média de 50,0, ocupando a 31ª colocação entre os países, um desempenho abaixo da média global.

Portanto, verifica-se que o custo do trabalho formal evidencia uma estrutura que pode desestimular essa modalidade de contratação, favorecer a adoção de vínculos contratuais diversos e, conseqüentemente, produzir efeito distinto do pretendido pelas contribuições instituídas.

Referências:

AFONSO, José Roberto R.; PINTO, Vilma da Conceição; LUKIC, Melina Rocha. O trabalho pela pessoa jurídica: muito além da reforma trabalhista. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 985, p. 187–210, nov. 2017. Disponível em: DTR\2017\6663. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS 2024 – Relação Anual de Informações Sociais. Brasília: MTE, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/rais/rais-2024>. Acesso em: 30 abr. 2026.

UHY INTERNATIONAL. An in-depth study: Employment taxes 2022. [S.l.]: UHY, 2022. Disponível em: <https://uhy-pl.com/wp-content/uploads/2022/11/UHY-International-In-depth-study-Employment-Taxes-Report.2022.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2025.

KPMG. Tax rates online: explore key tax rates around the world. [S.l.]: KPMG, [s.d.]. Disponível em: <https://kpmg.com/sa/en/home/services/tax/tax-tools-and-resources/tax-rates-online.html>. Acesso em: 30 abr. 2026.

WORLD ECONOMIC FORUM. The Global Competitiveness Report – Special Edition 2020: How Countries are Performing on the Road to Recovery. Geneva: World Economic Forum, 2020. Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/the-global-competitiveness-report-2020/>. Acesso em: 28 abr. 2026